



ANM
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Simulado Final

ANM

**Cargo 2: Analista Administrativo -
Administração, Economia,
Contabilidade e Direito**

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final ANM (Analista Administrativo - Administração, Economia, Contabilidade e Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Administrativo - Administração, Economia, Contabilidade e Direito da ANM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/qLSmLhCFDJmRGkyV6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***O Poder Transformador do Pensamento Positivo**

Vivemos em uma sociedade que frequentemente enfatiza os malefícios do estresse, da ansiedade e dos sentimentos negativos. Contudo, pouco se discute sobre os impactos benéficos do pensamento positivo e como ele pode ser um verdadeiro aliado na busca por uma vida mais equilibrada e saudável. Não se trata de ignorar os desafios ou fingir que problemas não existem, mas sim de adotar uma perspectiva que favoreça a superação e o bem-estar.

Pesquisas científicas vêm demonstrando que manter uma atitude positiva pode ir além do emocional e impactar diretamente a saúde física. Um estudo da Escola de Medicina da Johns Hopkins University revelou que indivíduos com um temperamento otimista apresentam um risco significativamente menor de sofrer eventos cardiovasculares, mesmo quando há histórico familiar dessas doenças. Isso sugere que a forma como encaramos a vida pode influenciar nossa saúde e longevidade.

Mas afinal, o que significa pensar positivamente? Diferente do que alguns possam imaginar, não se trata de um otimismo ingênuo ou de negar dificuldades. O pensamento positivo está relacionado à maneira como interpretamos e reagimos às situações do dia a dia. Aqueles que enxergam o lado positivo de um erro, por exemplo, têm mais chances de aprender com ele, enquanto aqueles que se apegam à negatividade podem se paralisar diante do medo do fracasso.

Além dos benefícios psicológicos, a positividade tem efeitos concretos na vida cotidiana. Uma mentalidade mais otimista favorece a resiliência diante de desafios, melhora os relacionamentos interpessoais e pode até mesmo influenciar o desempenho profissional. No entanto, é fundamental reconhecer que essa mudança de postura exige esforço e prática. Não basta decidir pensar positivamente; é preciso cultivar essa habilidade.

O primeiro passo para mudar a forma de pensar é observar e questionar os próprios pensamentos. Muitas vezes, caímos no hábito de alimentar cenários

catastróficos, assumir a culpa por situações alheias ao nosso controle ou enxergar a vida de forma excessivamente crítica. Essas armadilhas mentais podem ser transformadas ao reformularmos nossa visão de mundo.

Outro fator essencial para fortalecer uma mentalidade positiva é preservar o bom humor. Rir, mesmo diante de situações adversas, pode ser uma ferramenta poderosa para reduzir o estresse e tornar a vida mais leve. Além disso, um estilo de vida saudável, com prática regular de atividades físicas e uma alimentação equilibrada, influencia diretamente nossa saúde mental, facilitando a manutenção de uma perspectiva mais otimista.

Por fim, é crucial lembrar que a forma como falamos conosco mesmos impacta diretamente nossa autoestima e motivação. Somos, muitas vezes, nossos piores críticos. Se não diríamos palavras cruéis para um amigo querido, por que insistimos em nos tratar com dureza? O pensamento positivo, portanto, não é apenas uma questão de bem-estar psicológico, mas um recurso valioso para quem deseja viver com mais qualidade e significado.

Diante disso, cabe refletir: o que ganhamos ao alimentar a negatividade? Será que não vale a pena fazer um esforço consciente para enxergar as oportunidades em meio às dificuldades? Pensar positivamente pode não ser a solução para todos os problemas, mas é, sem dúvida, um caminho que nos leva a viver de forma mais plena e satisfatória.

1. O texto argumenta que o pensamento positivo não significa ignorar os desafios, mas adotar uma perspectiva que favoreça a superação e o bem-estar.
2. Um estudo da Johns Hopkins University é citado para mostrar que indivíduos com um temperamento otimista estão eximidos de problemas cardiovasculares, mesmo quando há histórico familiar da doença.
3. Na primeira ocorrência do termo 'que' no texto, esse termo funciona como sujeito.

4. Na expressão 'pouco se discute', no primeiro parágrafo, o pronome 'se' indica voz passiva.
5. Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto caso se suprimisse o elemento 'do' no segundo período do primeiro parágrafo.
6. No último período do segundo parágrafo, o pronome "Isso" retoma a ideia de que indivíduos com um temperamento otimista apresentam um risco significativamente menor de sofrer eventos cardiovasculares, apesar de eventual histórico familiar dessas doenças.
7. A correção e os sentidos do último período do segundo parágrafo seriam mantidos caso fosse inserido o vocábulo 'diretamente' após o verbo 'influenciar'.
8. Seria prejudicada a correção gramatical do texto se a partícula 'se' fosse deslocada para depois do verbo na expressão 'não se trata de um otimismo ingênuo'.
9. No último período do terceiro parágrafo, a expressão 'de um erro' é uma exigência sintática do termo 'positivo'.
10. No último período do terceiro parágrafo, a expressão 'mais' é um advérbio de intensidade.
11. No início do penúltimo parágrafo, a expressão 'Por fim' poderia ser substituído por 'Resumidamente', mantendo o sentido original.
12. No penúltimo parágrafo, o termo 'portanto' pode ser substituído por 'por conseguinte', visto que esse conectivo tem valor de consequência.
13. No último parágrafo, seria correto empregar o acento de crase no 'a' da expressão 'a pena'.

14. Na expressão 'Pensar positivamente pode não ser a solução...', o termo 'a solução' exerce a função de objeto direto.

15. No terceiro parágrafo, a correção gramatical não seria mantida, se a expressão 'reagimos às situações' fosse reescrita da seguinte forma: 'reagimos à situações'.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

LA officials say wildfire death toll stands at 16 as firefighters race to contain blazes

Strong winds have been largely blamed for turning the wildfires into infernos that destroyed entire neighbourhoods around a city which has seen no significant rainfall in more than eight months. The Los Angeles County medical examiner's office has confirmed the death toll from the wildfires ravaging the area has risen to 16. Five of the deaths were attributed to the Palisades Fire and 11 resulted from the Eaton Fire, the coroner's office said in a statement.

The previous number of confirmed fatalities was 11, but officials said they expected that figure to rise as cadaver dogs search levelled neighbourhoods and crews assess the devastation. Firefighters are racing to cut off the spread of the fires before potentially strong winds forecast for next week return and push the flames toward the J. Paul Getty Museum and the University of California.

A fierce battle against the flames was underway in Mandeville Canyon, home to Arnold Schwarzenegger and other celebrities not far from the Pacific coast, where swooping helicopters dumped water as the blaze charged downhill. Firefighters on the ground used hoses in an attempt to beat back leaping flames as thick smoke blanketed the chaparral-covered hillside. At a briefing, CalFire Operations Chief Christian Litz said a main focus would be the Palisades Fire burning in the canyon area, not far from the UCLA campus.

<https://www.euronews.com/2025/01/12/la-officials-say-wildfire-death-toll-stands-at-16-as-firefighters-race-to-contain-blazes>

16. The information which DISAGREES with the text is saying that the Los Angeles County medical examiner's office confirmed that 5 deaths were caused by the Palisades Fire and 11 by the Eaton Fire.

17. Based on the text, it is possible to say that choosing immediate containment measures over waiting it out means taking action because the fires could become deadly if not controlled swiftly.

18. The statement that best explains the significance of the strong winds in the text is to affirm that they pose an immediate threat because they can push the flames toward culturally important sites like museums and universities.

California Fire Victims Whose Insurance Was Cut Have Few Legal Options

As wildfires ravage areas of Los Angeles in California, destroying thousands of homes and businesses, the decision last year by its largest insurer State Farm to reduce its number of policyholders in at-risk areas has caught fresh attention. State Farm CEO Denies Hardin wrote in a March 2024 letter to California Insurance Commissioner Ricardo Lara that the insurer's strained finances forced their hand in reducing exposure to risk, and higher rates alone weren't enough.

"We have been reluctant to take this step, recognizing how difficult it will be for impacted policyholders ... We are striving to minimize the impact of the necessary actions that must be taken," Hardin wrote. A spokesperson for State Farm told Newsweek previously: "Our number one priority right now is the safety of our customers, agents and employees impacted by the fires and assisting our customers in the midst of this tragedy."

State Farm was not alone. Other insurers in California have also cut their policies to reduce exposure to risk. According to the California Department of Insurance (CDI), seven out of 12 of the Golden State's top insurers cut coverage in the state over the past four years. Lara, when announcing new consumer-focused insurance market regulations in December, said: "Californians

deserve a reliable insurance market that doesn't retreat from communities most vulnerable to wildfires and climate change."

Does the decision to drop policyholders expose State Farm and other insurers to any legal risk from former customers in light of these devastating fires in Los Angeles? Newsweek asked experts for their views. Here's what they said.

<https://www.newsweek.com/california-fire-victims-whose-insurance-was-cut-have-few-legal-options-2012938>

19. According to the text, it is correct to say that multiple insurers in California reduced their coverage in risky wildfire areas.

20. Concerning State Farm's motivation, it is correct to state that the company explicitly blamed climate change for the reduction in policyholders.

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (DECRETO Nº 1.171/1994 (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL))

Tiago Zanolla

21. A constituição da Comissão de Ética deve ser comunicada à Comissão de Ética Pública, com indicação de seus membros titulares e suplentes.

22. Para fins de apuração ética, considera-se servidor público apenas aquele que possui vínculo empregatício permanente com a Administração Pública.

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (INSTRUÇÃO NORMATIVA ANM Nº 18/2023 (CÓDIGO DE ÉTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO))

Nick Simonek

23. De acordo com a instrução ANM 18/2023, julgue o item a seguir:

São compromissos da ANM, além de outros: São compromissos da ANM, sem prejuízo daqueles estabelecidos em lei: promover ações de caráter educativo para a disseminação de uma cultura ética; manter a Comissão de Ética com competência para supervisionar e controlar a execução dos planos de promoção da ética na Agência; manter diálogo permanente com todos os segmentos da sociedade, usuários dos serviços de energia elétrica e agentes regulados com deferência, compreensão e ausência de pré-julgamento;

24. De acordo com a instrução ANM 18/2023, julgue o item a seguir:

Em relação aos deveres dos servidores, um deles é cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.

ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (LEI Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO). 4 LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS))

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos normativos atinentes ao acesso à informação e à proteção de dados pessoais, julgue os itens a seguir.

25. A autoridade nacional de proteção de dados pessoais (ANPD), enquanto autarquia de natureza especial dotada de autonomia técnica e decisória, compete articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação, entre outras atribuições.

26. A Administração pública responde diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada de informações pessoais, assegurado em qualquer caso o direito de regresso contra o servidor responsável.

RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

Carlos Henrique

De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para PF, 40, para PRF e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para PF e para a PRF. Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

27. Mais de 20 alunos farão prova para a PF e para a PRF

28. Selecionando-se ao acaso dois alunos do curso, a probabilidade de que ambos façam prova para a PF e para a PRF será inferior a 2 %.

29. A quantidade de maneiras distintas de se selecionarem três alunos que não farão prova nem para a PRF e nem para a PF é inferior a 10.000.

LEGISLAÇÃO

Nick Simonek

30. No que se refere às modalidades de intervenção do Estado brasileiro na ordem econômica, julgue o item a seguir, considerando a legislação pertinente e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

As agências reguladoras exercem o poder normativo em ampla delegação do Poder Legislativo, podendo, no exercício dos seus misteres, inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações para o setor regulado.

31. Julgue o item que se segue, a respeito de temas contemporâneos da gestão pública brasileira.

Agências reguladoras são exemplos de fundações públicas de direito privado.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da organização do Estado brasileiro, julgue os itens abaixo.

32. A Constituição Federal estabelece que são bens da União os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos. Entre esses bens encontram-se os recursos minerais, exceto os do subsolo.

33. A competência para legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais é privativa da União. Entretanto, a União poderá, mediante lei complementar, autorizar que os Estados legislem sobre partes específicas desses assuntos.

A respeito dos tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, julgue o item.

34. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao

ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

35. A imperatividade é um atributo dos atos administrativos que permite à Administração Pública impor obrigações de forma unilateral, independentemente da concordância do particular, quando necessário para o interesse público.

36. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, é direito do administrado que a sua representação seja obrigatoriamente realizada por advogado em todas as fases do processo administrativo federal.

37. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o servidor público será exonerado do cargo se não entrar em exercício no prazo de 15 dias, contados da data da posse.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

38. O termo IoT, ou Internet das Coisas, refere-se à rede coletiva de dispositivos conectados e à tecnologia que facilita a comunicação entre os dispositivos e a nuvem, bem como entre os próprios dispositivos. E só deve ser utilizada em estruturas de redes locais para manter o padrão de segurança dos dados.

39. No Windows10 temos uma funcionalidade de segurança chamada BitLocker que fornece criptação para discos inteiros, sendo útil em caso de ameaças de roubo ou exposição de dados de dispositivos perdidos, roubados ou desativados de forma inadequada.

40. No Word, o recurso de Selecionar oferece a opção de selecionar o texto com formatação semelhante.

41. A técnica de Backup conhecida como Espelhamento é relativamente simples de ser implementada, apresenta custo baixo e pode ser utilizada por qualquer usuário até os mais comuns.

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

Celso Natale

42. Com relação aos conceitos da teoria política positiva da regulação e ao funcionamento das instituições regulatórias, julgue o item a seguir:

O sandbox regulatório possibilita experimentos com abordagens consolidadas e soluções que podem não se alinhar completamente às normas vigentes, em ambiente controlado e sob supervisão do regulador.

43. No sistema de regulação "price cap", é estabelecido um preço-teto para os preços médios, ao qual se aplica índice de correção predeterminado.

44. Na regulação por padrão de referência (yardstick regulation), a agência reguladora analisa os relatórios das empresas e determina as tarifas, tomando como base o desempenho das empresas menos eficientes, com uma margem de ajuste em caso de discrepâncias justificáveis.

45. Sobre a teoria da regulação econômica, avalie o seguinte item:

Ao analisar os conceitos microeconômicos de falha de mercado e de informação assimétrica, é possível afirmar que a falha de mercado é um caso particular de problema da informação assimétrica.

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

Nick Simonek

46. No que se refere às modalidades de intervenção do Estado brasileiro na ordem econômica, julgue o item a seguir, considerando a legislação pertinente e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

As agências reguladoras exercem o poder normativo em ampla delegação do Poder Legislativo, podendo, no exercício dos seus misteres, inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações para o setor regulado.

47. Julgue o item que se segue, a respeito de temas contemporâneos da gestão pública brasileira.

Agências reguladoras são exemplos de fundações públicas de direito privado.

48. Julgue o item subsequente, que diz respeito à organização da administração pública, bem como aos critérios atinentes a dispensa e inexigibilidade de licitação.

Agência reguladora é uma pessoa jurídica de direito público, que, constituída sob a forma de autarquia com regime especial, compõe a administração indireta.

49. A respeito do processo regulatório no Brasil, julgue o item a seguir.

As agências reguladoras no Brasil regulam a prestação de serviços públicos por empresas privadas, sendo as atividades das empresas estatais controladas pela Controladoria-Geral da União.

50. A respeito do processo regulatório no Brasil, julgue o item a seguir.

As atividades da agência reguladora não incluem o poder de polícia, o qual é exercido pelo ministério ou pelo órgão ao qual a agência é vinculada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravvyelle*

- 51.** O orçamento público, na perspectiva da administração financeira, pode ser compreendido como um ato-condição, ou seja, uma autorização legislativa para arrecadação de receitas e realização de despesas dentro de um exercício financeiro.
- 52.** O orçamento-programa, adotado no Brasil, busca estabelecer a relação entre recursos financeiros e objetivos de governo, permitindo maior transparência na alocação de despesas públicas.
- 53.** O princípio da universalidade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos e entidades da administração pública, exceto as receitas vinculadas a fundos especiais.
- 54.** O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, discussão, aprovação, execução e controle do orçamento público, sendo essencial ao planejamento governamental.
- 55.** O Plano Plurianual (PPA) tem vigência de quatro anos e define diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e outras delas decorrentes.
- 56.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixa as despesas detalhadas da administração pública, sendo mais abrangente que a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 57.** Os créditos adicionais podem ser suplementares, especiais e extraordinários, e sua abertura deve ser autorizada por lei e depender de disponibilidade financeira de recursos.
- 58.** As despesas orçamentárias podem ser classificadas quanto à sua natureza em correntes e de capital, sendo as despesas com folha de pagamento consideradas despesas de capital.
- 59.** A execução orçamentária e financeira deve seguir a programação de desembolso, sendo vedada a realização de despesas sem empenho prévio.
- 60.** A concessão de benefícios fiscais que resultem em renúncia de receita deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e medida compensatória na arrecadação.
- 61.** A receita pública é considerada orçamentária quando ingressa nos cofres públicos e está vinculada à cobertura de despesas previstas na Lei Orçamentária Anual.
- 62.** A dívida ativa da União, dos Estados e dos Municípios corresponde a créditos tributários e não tributários, inscritos após o vencimento da obrigação, sendo considerada uma receita de capital.
- 63.** O estágio da receita pública denominado lançamento consiste na verificação do fato gerador, cálculo do montante devido e identificação do sujeito passivo da obrigação.
- 64.** O excesso de arrecadação ocorre quando a receita arrecadada ultrapassa a previsão orçamentária, podendo ser utilizado para abertura de créditos suplementares e especiais.

- 65.** As despesas com juros da dívida pública são classificadas como despesas de capital, enquanto o pagamento de amortização da dívida é considerado despesa corrente.
- 66.** Os restos a pagar não processados referem-se a despesas empenhadas, mas que ainda não foram liquidadas até o final do exercício financeiro.
- 67.** O suprimento de fundos é uma modalidade de despesa orçamentária utilizada para o pagamento de grandes contratos administrativos de obras públicas.
- 68.** As despesas de exercícios anteriores são registradas no orçamento vigente quando se referem a obrigações não reconhecidas em exercícios anteriores e que não foram comprometidas no orçamento pretérito.
- 69.** A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a despesa total com pessoal da União não poderá exceder 60% da receita corrente líquida.
- 70.** O descumprimento dos limites de despesa com pessoal previstos na LRF sujeita o ente federativo a sanções, incluindo a vedação de contratação de pessoal e de concessão de aumento salarial.
- 71.** O princípio da transparência fiscal, previsto na LRF, impõe aos entes públicos a obrigatoriedade de divulgar, em tempo real, informações sobre a execução orçamentária e financeira.
- 72.** O planejamento orçamentário, conforme a LRF, é composto exclusivamente pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalha todas as metas fiscais do governo.
- 73.** O Anexo de Metas Fiscais da LDO deve conter, entre outros itens, a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior e as projeções para os três exercícios seguintes.
- 74.** O endividamento público pode ocorrer por meio da emissão de títulos da dívida pública e da contratação de operações de crédito, desde que respeitados os limites da LRF.
- 75.** O refinanciamento da dívida pública interna ou externa não está sujeito aos limites estabelecidos pela LRF, por se tratar de uma operação financeira de continuidade da dívida.
- 76.** O controle interno é responsabilidade exclusiva dos tribunais de contas, enquanto o controle externo é exercido pelos órgãos do Poder Executivo.
- 77.** A LRF determina que o Relatório de Gestão Fiscal deve ser publicado quadrimestralmente, contendo informações sobre a execução orçamentária e o cumprimento das metas fiscais.
- 78.** O princípio da legalidade orçamentária determina que nenhuma despesa pública pode ser executada sem previsão legal ou constitucional expressa.
- 79.** A classificação funcional da despesa orçamentária permite identificar as funções de governo, como saúde, educação e segurança pública.
- 80.** As alterações orçamentárias podem ser realizadas sem autorização legislativa, desde que não impliquem aumento da despesa total prevista na LOA.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

- 81.** À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os conselhos de regulamentação profissional aplicam facultativamente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP).
- 82.** Segundo os Procedimentos Contábeis Orçamentários presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas sob o enfoque patrimonial.
- 83.** No momento da concessão de um suprimento de fundos, há configuração de uma despesa orçamentária. Porém, sob a ótica patrimonial não há a configuração de uma despesa.
- 84.** As cauções em dinheiro não são reconhecidas no passivo, pois não representam obrigações presentes da entidade, um dos requisitos presentes na definição de passivo.
- 85.** A classificação programática da despesa orçamentária é composta de um rol de ações prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de atuação governamental nos três níveis de Governo.
- 86.** As despesas com suprimentos de fundos, dada a sua natureza específica de não permitir se subordinar ao processo normal de aplicação, podem, em determinados casos, ter o seu empenho emitido após a concessão do recurso ao suprido.
- 87.** O potencial de serviços atrelado a um ativo possibilita a entidade alcançar os seus objetivos

sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

- 88.** A ausência de prazos de extinção impede que a obrigação origine um passivo.
- 89.** A natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas, por isso contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.
- 90.** Entre os grupos de natureza de despesa, no âmbito da classificação econômica da despesa, está a "Reserva de Contingências", que engloba as despesas orçamentárias destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, exceto a abertura de créditos adicionais.

COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

Com relação à obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 91.** A locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha constitui caso de dispensa de licitação pública.
- 92.** Para configurar a contratação direta nos casos de locação de imóveis cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha é necessário apresentar as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado pela administração e que evidenciem vantagem para ela.

93. Nos casos em que houver contatação direta ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro que cause dano ao erário, há responsabilidade solidária entre o contratado e o agente público responsável.

Determinado ente da federação publicou um edital para a realização de licitação destinada à contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana. Três dias antes da abertura do certame, uma associação local protocolou impugnação ao edital, alegando irregularidades na definição dos critérios de qualificação técnica exigidos. A administração pública respondeu à impugnação dois dias úteis depois, publicando a resposta no site oficial. No decorrer do certame, uma das empresas participantes foi inabilitada por não atender a uma exigência documental prevista no edital. Insatisfeita, a empresa inabilitada pretende contestar a decisão administrativa. Dias depois, o ente decidiu revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, justificando a medida em um parecer técnico.

Com relação aos recursos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

94. A administração agiu corretamente ao responder à impugnação do edital dentro do prazo de dois dias úteis e publicá-la no site oficial.

95. A empresa inabilitada pode apresentar recurso no prazo de cinco dias úteis a contar da publicação da decisão de inabilitação.

96. A revogação da licitação pela administração pública é passível de recurso administrativo a ser interposto no prazo de três dias úteis.

Com relação às fases da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

97. A autoridade superior, ao receber o processo licitatório após o julgamento e a habilitação dos licitantes, pode determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades antes de

decidir sobre a adjudicação e homologação da licitação.

98. Caso seja identificada uma irregularidade sanável no decorrer da análise da autoridade superior, esta deverá anular a licitação de ofício, independentemente da possibilidade de correção do vício.

Determinado órgão federal celebrou um contrato com a empresa ConstruiBem Ltda. para a construção de sua nova sede. Durante a execução do contrato, uma série de enchentes atingiu a região, impossibilitando a continuidade das obras por um período prolongado. Após a comprovação dos danos e da impossibilidade de retomada dos trabalhos, a empresa solicitou a extinção do contrato. Paralelamente, em outro contrato firmado com a empresa InfraEstruturas S.A. para a construção de uma ponte, a administração determinou a suspensão dos serviços em diversas ocasiões por motivos administrativos, sem previsão contratual para tais paralisações. As suspensões, ao longo do tempo, totalizaram 90 dias úteis, levando a empresa contratada a requerer a extinção do contrato, com indenização pelos custos decorrentes das paralisações sucessivas.

Com relação às hipóteses de extinção dos contratos, julgue os itens a seguir.

99. A empresa ConstruiBem Ltda. tem o direito de pleitear a extinção do contrato devido às enchentes, desde que comprove regularmente o caso fortuito ou a força maior impeditivos da execução do contrato, mas a extinção dependerá de acordo entre as partes.

100. A empresa InfraEstruturas S.A. não tem o direito de requerer a extinção do contrato, pois a administração pode suspender a execução dos serviços a qualquer tempo, independentemente do prazo total de suspensão.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS E LOGÍSTICA

Ricardo Campanário

- 101.** Considerando que Gabriel trabalhe na área de compras e contratações em entidade da administração pública indireta, julgue o item seguinte. Gabriel deve prestar, com equidade e imparcialidade, atendimento a fornecedores.
- 102.** Os materiais podem ser classificados, quanto à sua aplicação na organização, em materiais de estoque e materiais de não estoque.
- 103.** Consoante a metodologia da curva ABC, os materiais da classe C representam os itens mais numerosos e menos importantes, respondendo com pouca relevância ao valor global do estoque.
- 104.** Segundo o atributo de praticidade, a classificação de materiais deve ser simples e direta, sem que sejam necessários procedimentos complexos do gestor.
- 105.** Se o consumo anual de pastas classificadoras for de 800 unidades e o estoque médio anual for de 200 pastas classificadoras, então a cobertura de estoques, sem reposição, será de 4 meses.
- 106.** Minimizar o estoque de segurança significa reduzir ao máximo a imobilização de capital, o que possibilita o surgimento de riscos de ruptura de estoque.
- 107.** O dimensionamento do estoque de segurança resume-se aos seguintes fatores: tempo médio de tramitação do processo de aquisição do material; perecibilidade do material; volume do material; e impacto financeiro na organização.
- 108.** No sistema de reposição periódica do estoque, o pedido de compra é realizado em intervalos de tempo variáveis.
- 109.** O sistema de reposição contínua do estoque é concebido de modo que, até a entrega do novo lote de compra, seja possível fazer o uso do estoque de segurança.
- 110.** Embora a manutenção de um cadastro de fornecedores não esteja entre os objetivos da função compras, sua condução é necessária para que as aquisições sejam realizadas com qualidade, celeridade e a um preço econômico.
- 111.** São três os critérios a serem negociados com os fornecedores em uma compra eficiente: preço, prazo de entrega e condições de pagamento.
- 112.** O sistema descentralizado de compras pode ocasionar pouca uniformidade da qualidade dos materiais comprados.
- Acerca do objeto e do edital de licitação nas compras públicas, julgue os itens subsequentes.
- 113.** Ao inserir, em edital de licitação, as características para aquisição de materiais ecoeficientes, o Estado sinaliza ao mercado sua intenção de considerar a compra de produtos sustentáveis, atuando como um consumidor comum que faz compras.
- 114.** Entre as possibilidades de movimentação patrimonial temos a cessão e a transferência de bens, a primeira, em caráter definitivo, altera a propriedade do bem, enquanto a segunda tem caráter provisório e se relaciona apenas à posse do bem, que volta ao seu detentor original ao final do período acordado.

- 115.** No controle patrimonial leva-se em conta especialmente o ativo imobilizado da organização. Entre suas principais características estão a natureza relativamente permanente, o seu emprego na operação e o fato de não estar destinado à venda.
- 116.** Em relação ao controle patrimonial, todos os bens que passam pelo processo de tombamento são chamados de bens relacionados, enquanto os bens controlados são aqueles que acabam dispensados do tombamento por seu baixo valor econômico.
- 117.** Compras de materiais de expediente devem ser realizadas pelo chefe de almoxarifado, independentemente do valor, conforme a necessidade de cada setor do órgão.
- 118.** A atividade de recebimento, mesmo fazendo parte do ciclo de compras, é executada pelo almoxarifado e não pelos integrantes do departamento de compras.
- 119.** Estoques de segurança não devem ser acionados em situações previsíveis, mas apenas em momentos nos quais a ocorrência for absolutamente inesperada como falhas na entrega de fornecedores ou incrementos de demanda acima do previsto.
- 120.** Bens patrimoniais frutos de doação não devem ser tombados no momento do recebimento.
-

Discursiva

O impacto devastador das apostas online na economia brasileira

Ideia de que as bets são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada

Nos últimos anos, as plataformas de [apostas online](#) emergiram como um fenômeno global, capturando milhões de usuários e criando um novo padrão de comportamento financeiro. No Brasil, essa tendência tem se mostrado particularmente preocupante, uma vez que a promessa de riqueza fácil mascara consequências econômicas e sociais devastadoras.

A situação é ainda mais alarmante quando consideramos a ausência de regulamentação robusta e a facilidade com que essas plataformas transferem recursos para o exterior, muitas vezes localizadas em paraísos fiscais.

A ideia de que as apostas online são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada. O impacto econômico e social dessas plataformas vai muito além de uma atividade recreativa. Para milhões de brasileiros, especialmente aqueles das classes média e baixa, a sedução das apostas cria um ciclo destrutivo de endividamento.

O problema não reside apenas no endividamento individual, mas no efeito dominó que ele provoca. Quando famílias começam a perder dinheiro em apostas, a capacidade de consumo diminui. Isso afeta diretamente setores da economia que dependem de um fluxo constante de consumo doméstico, como o varejo e a prestação de serviços.

<https://www.jota.info/artigos/o-impacto-devastador-das-apostas-online-na-economia-brasileira>

A banca (quase) sempre ganha: Brasileiro perde 35% do que gasta nas bets

Dados sobre mercado brasileiro de apostas online constam de relatório do Itaú que tentava analisar impacto das bets sobre o varejo

Os brasileiros recebem 35% a menos do que gastam em sites de apostas esportivas (as chamadas bets) e cassinos online. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro de apostas pela internet consome 2% da renda dos trabalhadores.

Os dados constam de um relatório do Itaú no qual os analistas do banco tentam estimar o tamanho e o impacto das apostas online sobre o consumo.

Dos R\$ 68,2 bilhões gastos pelos apostadores no período analisado, os brasileiros recebem R\$ 44,3 bilhões de volta do valor apostado, de acordo com o estudo - ou seja, 35% a menos do que gastaram. Esse valor inclui R\$ 200 milhões referentes ao saldo de prêmios líquidos aos apostadores (0,29% do total).

<https://www.seudinheiro.com/2024/financas-pessoais/itau-relatorio-bets-apostas-online-rsgp/>

Bets e jogo do tigrinho impactam orçamento das famílias, saúde mental e economia do país

Na economia do país e das famílias, as consequências das chamadas bets e de jogos conhecidos como tigrinho estão aparecendo e causando preocupação: elas vão do aumento do endividamento e diminuição de recursos para itens básicos ao adoecimento mental e até suicídio.

Recentemente, o diretor de Política Monetária do Banco Central, [Gabriel Galípolo](#), apontou que alguns estudos mostram que o aumento de renda no Brasil não elevou o consumo e nem as economias das famílias como poderia. A explicação pode estar no consumo dos jogos e das apostas online.

Em entrevista ao Brasil de Fato, a consultora do programa de Serviços Financeiros do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Ione Amorim, afirma que a demora na regulamentação da atividade trouxe prejuízos consideráveis.

"Há um ambiente com muitos recursos financeiros, que fez com que essas empresas **capturassem influenciadores** que passaram a ser os seus grandes patrocinadores. Os seguidores foram induzidos para esse ambiente de jogos, que se alastrou muito rapidamente, com o atrativo de se ganhar recursos rapidamente."

"O Hospital das Clínicas aqui em São Paulo já admite não ter mais estrutura para receber pessoas para tratar esse problema este ano. Estamos **falando de saúde pública**, de um problema que é uma epidemia", explica.

Análise da empresa de consultoria Strategy&, as **apostas representam o equivalente a 76% das despesas de "lazer e cultura" das classes D e E**. O total gasto com os jogos corresponde a 5% do que é destinado à alimentação.

Ainda de acordo com a consultoria, as apostas já representam 1,38% do orçamento familiar nas classes com menor poder aquisitivo. A análise aponta também que boa parte do dinheiro ganho é colocado novamente no jogo, o que mostra que o eventual lucro de quem joga não tem impacto significativo na economia real.

A informação é reafirmada em um estudo de 2023, divulgado pelo Instituto Locomotiva, que mostra que somente 36% dos ganhos são usados em outros gastos. O levantamento estima que 20% da população de baixa renda aposta pelo menos uma vez por mês.

"Precisamos trabalhar a **educação financeira** e o risco do endividamento. As pessoas precisam estar cientes de que este ambiente não é saudável. A maioria das pessoas que hoje estão perdendo mais dinheiro são as que já estão negativadas. Elas estão sendo expostas a agiotagem em redes sociais", alerta Ione Amorim.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

A ILUSÃO DO "DINHEIRO FÁCIL": AS APOSTAS ESPORTIVAS COMO PROMESSA DE ASCENSÃO FINANCEIRA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. As apostas esportivas como uma solução para os desafios econômicos enfrentados pela população;
 2. O impacto das apostas esportivas sobre a desigualdade social;
 3. A educação financeira como ferramenta de prevenção aos riscos das apostas esportivas.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>